

3

A ESCOLHA DO TEMA
E O RISCO DE UM ERRO FATAL

Uma boa idéia de pesquisa pode ser arruinada por um pesquisador desastrado, mas uma escolha infeliz do tema torna a pesquisa inviável, metodologicamente insolvente ou irrelevante. É, pois, de extrema importância a seleção judiciosa de um tema de pesquisa.

Neste capítulo discutiremos diversos problemas que dizem respeito aos critérios de escolha do tema. Obviamente, não se trata de apresentar fórmulas prontas ou rígidas, mas simplesmente de passar em revista diversas dimensões da questão que devem ser examinadas. A ênfase é na escolha de temas de teses acadêmicas. Mas a discussão apresentada é perfeitamente apropriada para outros tipos de trabalhos científicos.

Os critérios para escolha do tema

Há uma regrinha convencional que é perfeitamente apropriada como esquema mental para se discutir a escolha de um tema de pesquisa. Como todas as regras nessa área, sua validade deriva-se do fato de que é excessivamente genérica e não afirma nada sobre o conteúdo substantivo. É meramente um roteiro que permite sistematizar as discussões em torno do assunto.



Uma tese deve ser *original, importante e viável*. Cada um desses critérios aponta para uma direção relativamente independente da outra. Na prática, não há qualquer dificuldade em encontrar temas que satisfaçam a um ou dois deles. A dificuldade está em satisfazer aos três. E se, em algum grau, os três não forem satisfeitos, o trabalho será um rematado fracasso.

Vejamos um exemplo de conflito entre o que é original e o que é importante. É conhecida nos meios acadêmicos universitários a tirada de Samuel Johnson que, após a eloqüente e pretensiosa conferência de um colega jovem, afirmou: "Tivemos hoje a satisfação de ouvir muitas coisas importantes e muitas coisas novas. Só lamento que as coisas novas não sejam importantes e que as coisas importantes não sejam novas".

Um projeto de pesquisa que buscasse descobrir o elixir da juventude seria importante e original, porém de viabilidade duvidosa. Uma pesquisa que buscasse medir a deserção no ensino primário estaria tratando de um tema importante e viável, não trazendo, contudo, qualquer originalidade. Uma pesquisa sobre a cor da roupa que os alunos trajam para ir fazer exame vestibular seria original e viável, porém destituída de importância.

Vale a pena tentar caracterizar melhor o sentido das palavras 'importância', 'originalidade' e 'viabilidade'. Cabe enfatizar inicialmente a impossibilidade de definir esses termos de forma rigorosa.

De fato, paradoxalmente, alguns dos conceitos mais essenciais a nortear o procedimento científico revelam-se vergonhosamente vagos. As definições precisas e operacionais frequentemente não são possíveis naqueles conceitos que têm a ver com os procedimentos básicos da ciência. As exigências de validade objetiva e de definições operacionais aplicam-se de forma rígida apenas às fases mais rasteiras do processo científico. Quando falamos de originalidade, por exemplo, no máximo podemos aspirar ao que é conhecido como validação intersubjetiva, isto é, embora o critério seja subjetivo, exige-se a coincidência de pontos de vista ou percepções da parte de diferentes observadores. Original, então, é o que observadores qualificados acham original. Mas quem são esses observadores? Se forem realmente um grupo casualmente reunido, além da dificuldade de se obter consenso, suas opiniões pouco peso terão na ciência.

A validação intersubjetiva requer, pois, a formação, pelo menos hipotética, de um grupo cuja apreciação do tema deva receber credibilidade. São os chamados 'peritos', as autoridades intelectuais ou os patriarcas da matéria. Espera-se que sejam pessoas cuja competência pessoal e cuja experiência profissional lhes tenha permitido conviver mais e refletir mais sobre o assunto. Abrandamos o subjetivismo, mas na verdade não conseguimos superar o fato de que, em certo momento histórico, *importante é o que as pessoas importantes julgam que é importante*.

O mérito, portanto, das regras que apresentamos não é oferecer receitas para o que se deve fazer ou deixar de fazer, mas servir como roteiro para organizar nossa busca de uma solução.

a) Importância.

Dizemos que um tema é importante quando está, de alguma forma, ligado a uma questão crucial que polariza ou afeta um segmento substancial da sociedade. Um tema pode também ser importante se estiver ligado a uma questão teórica que vem merecendo atenção continuada na literatura especializada. A situação mais delicada e difícil teria a ver com os temas novos que a ninguém preocupam, seja teórica ou praticamente, mas que contêm o potencial de virem a interessar ou afetar muita gente.

Foi realizada uma pesquisa na qual se verificou que estudantes do sexo masculino tendem a carregar seus livros junto aos quadris, seguros por apenas uma das mãos. Já as mulheres levam-nos com ambas as mãos, cingidos junto ao peito. Original e viável essa pesquisa pode ser. Sua relevância, contudo, está por ser demonstrada. Não nos parece um tema prioritário na pesquisa educacional brasileira.

Em oposição aos antropólogos que buscam o exótico, estudantes de educação se sentem irremediavelmente atraídos pelos estudos sobre sua própria profissão — querem saber como anda seu próprio mercado de trabalho, em que consistem suas funções etc. Ao experimentarem um novo método pedagógico, por exemplo, querem saber o que os professores pensam dele. Ora, isso poderia vir a ser uma segunda ou terceira preocupação em termos de importância. O que realmente cabe saber primeiro é se os alunos aprendem melhor dessa maneira.

Portanto, *importante é o tema que, mais cedo ou mais tarde, vai desembocar em consequências teóricas ou práticas que afetam diretamente o bem-estar da sociedade*. O critério é vago e de aplicação subjetiva. Mas o que fazer?

A
Luma
irre-
sa.
olha
ente
é na
iadara se
ariva-
vo. Éreção
emas
grau,la nos
siosa
as im-
que asriginal,
imário
lidade.
original

b) *Originalidade.*

Um tema original é aquele cujos *resultados têm o potencial para nos surpreender*. O fato de não haver sido verificado antes não confere necessariamente originalidade a um tema.

Em muitos estados brasileiros e em muitas ocasiões foi medido o status socioeconômico dos universitários. A mensuração desse conceito em um estado que estivesse faltando não ofereceria muita originalidade, pois sabemos que os resultados não nos vão surpreender. Por outro lado, o status socioeconômico dos alunos do supletivo ou dos cursos por correspondência, porque jamais haviam sido medidos, emprestaram originalidade a esforços iniciais de pesquisas nessa direção. Esperava-se que o supletivo fosse um instrumento de mobilidade ascensional, os de baixo indo para cima. Estariam os melhores candidatos realmente vindo de baixo? E quem fazia um curso por correspondência? Seria esse um instrumento de formação profissional? Ou uma maneira conveniente para jovens de classe média adquirirem hobbies? Em geral, quanto mais testada uma teoria, menos os novos testes nos surpreenderão e menor a probabilidade de que nos digam algo de novo.

c) *Viabilidade.*

Dentre os três, este é seguramente o conceito mais tangível. *É possível completar a pesquisa, considerando os prazos, os recursos financeiros, a competência do futuro autor, a disponibilidade potencial de informações, o estado da teorização a respeito e o apoio que terá dos seus orientadores?* O prazo pode ser insuficiente, o mesmo se dando com os recursos. Ao pesquisador pode faltar o preparo específico naquele campo, pode não haver uma sistematização prévia do conhecimento na área ou a teoria apresentar insolvência metodológica. Finalmente, os dados necessários podem inexistir ou mesmo sua coleta ser impossível. O veredicto de inviabilidade é mais fácil ser atingido com confiança, em contraste com critérios de importância e de originalidade.



Em uma ocasião, recebi uma proposta de tese na área de nutrição em que se previa um estudo experimental com mensurações no início e no final de um processo de intervenção no funcionamento de unidades familiares. Tratava-se de uma pesquisa com pré-escolares, visando alterar hábitos de alimentação. Tal como estava desenhado, o estudo requeria pelo menos quatro ou cinco anos, se estivesse em mãos de pesquisadores experimentados e com todos os recursos disponíveis. Para torná-lo viável houve que transformá-lo em um estudo transversal, sem componentes experimentais ou semi-experimentais ou qualquer tipo de intervenção. O resultado final, embora muito mais modesto do que a proposta inicial, revelou-se uma tese de mestrado particularmente interessante e original.



EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO

Em seu campo de trabalho, identificar pesquisas com as seguintes características [sugestão: buscar propostas de teses não executadas]:

- original e viável, mas desinteressante;
- interessante e original, mas sem viabilidade;
- viável e interessante, mas sem originalidade;
- viável, interessante e original.

Justificar suas escolhas.

Muitas vezes, há falhas sérias no marco conceitual usado para analisar um problema. Vejamos um exemplo:



A análise ocupacional tem se revelado particularmente falida no caso das ocupações mais complexas, aquelas que convencionalmente requerem escolaridade superior. De fato, o fracasso do método das previsões de mão-de-obra (*manpower requirements approach*) em boa parte pode ser atribuído à insolvência da análise ocupacional. E, dentre as ocupações de nível superior, não há mais refratárias a esta análise do que aquelas que envolvem uma forte dose de administração. Mas como amainar o fervor de um aluno que se propõe a análise ocupacional de um diretor de escola, visando determinar que conhecimentos e habilidades deve possuir? Como convencê-lo de que tal pesquisa só produzirá banalidades?

Um problema traiçoeiro, também de viabilidade, está em teorias que aparentemente são simples e bem arrematadas, mas que, na realidade, escondem enormes dificuldades.



Na década de 1970, o Ministério da Educação alegremente convidou a todos para sondagens de mercado com relação a ocupações profissionalizantes do segundo grau. *Caveat emptor*,¹ somente os mais sofisticados em economia da educação poderão perceber que essas sondagens são inacreditavelmente difíceis. Os problemas teóricos e metodológicos para sua realização ainda não foram até hoje resolvidos, principalmente porque as pessoas aprendem muito no local de trabalho, freqüentemente tornando os cursos profissionais desnecessários. Tais pesquisas têm sentido, mas precisam se cercar de precauções adicionais para não ser vítimas de interpretações errôneas.



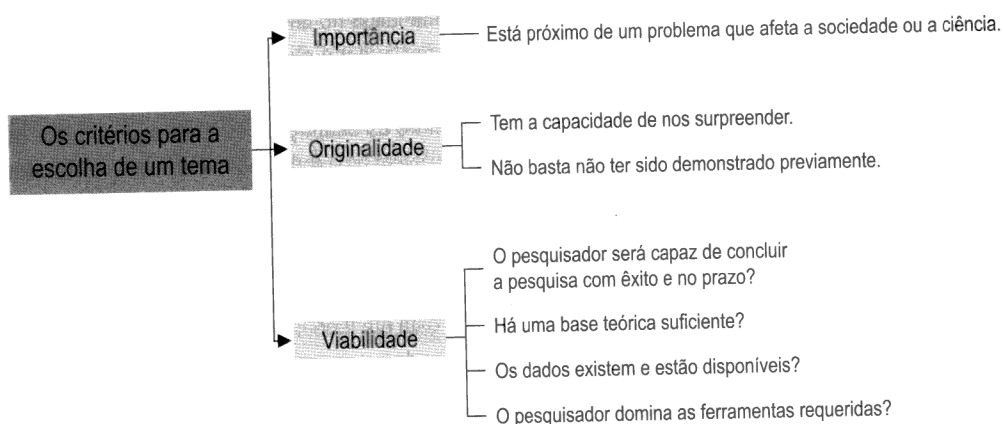
É de se notar que os iniciantes nas pesquisas estão particularmente desarmados para lidar com os problemas de viabilidade. Após lerem todos os clássicos da área e dominar as teorias vigentes, freqüentemente podem avaliar o interesse e a originalidade do tema escolhido. Mas a *viabilidade é um assunto cuja apreciação resulta da experiência acumulada na prática da pesquisa*. Quem nunca fez pesquisas domiciliares não tem idéia de quantos questionários válidos podem ser gerados em um dia de trabalho. Tampouco sabe dos problemas de limpar uma base de dados, nem se a repartição pública que tem os dados terá boa vontade em cedê-los (o ofício em que se pede sua liberação pode passar meses travado na mesa de um burocrata ou até ter acesso negado). Sobre esse assunto, o leitor deverá prestar particular atenção à seção "A teoria da Baleia", no Capítulo 4 deste livro. Para antecipar o argumento principal, *essa é a hora de pedir ajuda a quem tem mais experiência*.

Uma taxonomia dos tipos de pesquisas

A quantidade de termos usados para denominar diferentes tipos de pesquisas tende a criar certa perplexidade entre aqueles que tentam suas primeiras aventuras com a investigação científica. A situação complica-se na medida em que diferentes rótulos recebem favores e patrocínios diferentes. Dado o alto grau de institucionalização da pesquisa atual, diferentes epítetos podem significar a vida ou a morte de um projeto de pesquisa.

Não cabe a este trabalho discutir exaustivamente as diferentes maneiras de se classificar uma pesquisa, nem sequer mencionármos o tópico não fora pelo fato de que, na definição de nossos próprios temas de pesquisa, é necessário ter bem claras algumas idéias fundamentais. Existem três

Figura 3.1 Esquema referente aos critérios para a escolha de um tema



critérios para classificar as pesquisas. No primeiro deles, a classificação está apoiada na maior ou menor distância entre a pesquisa e as possibilidades de implementação dos resultados ou conclusões, isto é, na *aplicabilidade da pesquisa*. No segundo critério, classificamos a pesquisa segundo a *originalidade* da contribuição pretendida, alguns trabalhos sendo uma avaliação crítica de material já existente e outros pretendendo oferecer uma contribuição ao estoque de conhecimento. No terceiro critério examinado nos referimos à *complexidade da estrutura teórica* e do entrelaçamento de variáveis; sugerimos ali o pouco interesse científico que apresentam trabalhos em que não há uma tentativa de estudar a associação causal entre variáveis.

Qualquer que seja o critério, é pertinente frisar que não se está tentando criar um clima de preocupação taxonômica como imperava na botânica e na zoologia tradicionais, em que o objetivo era classificar ou enquadrar em alguma categoria como veredicto final. Pelo contrário, os critérios são bastante relativos e elásticos, só adquirindo realmente sentido e precisão em um contexto comparativo bem definido. A seguir, aplicamos tais critérios para examinar várias categorias usuais de pesquisa.

Pesquisa aplicada ou pesquisa fundamental?

Por pesquisa pura (fundamental, básica) entendemos o tipo de estudo sistemático que tem a curiosidade intelectual como primeira motivação e a compreensão como principal objetivo. O pesquisador puro está interessado em teoria [...] Por pesquisa aplicada entendemos o tipo de estudo sistemático motivado pela necessidade de resolver problemas concretos.²

Nas ciências sociais, muitas vezes o que chamamos de *pesquisa básica não passa de investigações de aplicação menos imediata do que outras*. Mas, obviamente, pode acontecer que a pesquisa não venha a ter aplicações, mesmo no longo prazo, por diferentes razões. O critério pode ser bastante elástico e, portanto, exige uma caracterização clara de seu contexto.

Uma pesquisa sobre teoria da aprendizagem pode servir de base para pesquisas mais aplicadas sobre métodos de ensino. Mas, ao mesmo tempo, é uma aplicação de princípios mais gerais

de psicologia. Alguns campos nas ciências sociais têm-se mostrado mais férteis à especulação teórica. A economia tem áreas particularmente rarefeitas e desvinculadas de aplicações práticas, como, por exemplo, a teoria do consumidor, os modelos de crescimento, a teoria do equilíbrio geral etc. Já na pesquisa educacional, alguns autores duvidam mesmo que haja campos férteis para a investigação teórica ou básica.³

Não é absolutamente vital estabelecer se uma pesquisa é básica ou aplicada. A importância maior da distinção reside no tipo de justificativa que cabe oferecer para a escolha de tópicos de pesquisa em cada uma dessas duas áreas.

Quando a moda é 'pesquisa aplicada', pesquisa para resolver problemas, 'pesquisas para o desenvolvimento', os demais tipos sofrem. De resto, alguns sofrem merecidamente.

Mas vejamos o que poderia ser uma 'pesquisa aplicada'. Sob esse rótulo estariam aquelas investigações que respondessem diretamente às indagações dos que estão envolvidos na formulação de política, planejamento ou coisas do mesmo teor. Tomemos dois exemplos: uma pesquisa buscando verificar que características identificam as pequenas e médias empresas que deveriam poder beneficiar-se de financiamentos governamentais. Ou uma pesquisa para saber quantos alunos negros poderão ser beneficiados por um programa de cotas nos vestibulares das universidades públicas.

Em ambos os casos, tratam-se de pesquisas que forneceriam informações imediatamente utilizáveis. Não discutiríamos aqui a pertinência de se dar prioridade a pesquisas que respondessem a questões dessa natureza. Todavia, há uma grande diferença entre os dois exemplos citados. Dados os nossos recursos analíticos e o acervo dos conhecimentos sobre o assunto, a primeira pesquisa pode produzir resultados tangíveis e concretos, enquanto a segunda, não. Isso porque não há uma definição de raça aceitável cientificamente. Essa é uma pesquisa que seria útil. Mas, diante das dificuldades metodológicas, de fato, acabará por cair no pântano da indefinição de raças no Brasil.

Se algum tipo de informe a esse respeito se fizer necessário a curto prazo, pessoas com bastante vivência do problema e acostumadas a esse tipo de indagações poderão colocar no papel suas intuições. E não devemos subestimar as intuições educadas. Não é o devaneio dos ingênuos, mas o julgamento dos que lidam com problemas semelhantes. Boa parte da arte de governar consiste nessas intuições.

Mas cabe acrescentar que problemas como esses não justificam maiores esforços para respondê-los diretamente. Se a resposta possível é insatisfatória, o caminho óbvio é tentar responder primeiro àquelas indagações que são pré-condições para essa pesquisa. Essas respostas intermediárias muitas vezes não têm em si utilidade direta, não podem ser aplicadas na formulação de política. Poderíamos chamar de 'pesquisa básica' a essas investigações que apenas indiretamente geram implicações de política ou esclarecem questões em que é preciso agir ou tomar decisões. Por exemplo, uma pesquisa que buscasse produzir uma definição rigorosa e politicamente aceitável de raça seria uma pesquisa 'pura', mas de grande utilidade.

Pesquisadores e contratadores de pesquisa deverão ter a modéstia e a lucidez requerida para não querer demais. A pesquisa aplicada é o coroamento de um esforço de investigações em pesquisas básicas, não um substituto, uma alternativa. Voltando ao nosso exemplo, parece-nos prematuro, no momento, tentar responder diretamente quantos negros poderão ser beneficiados com as cotas, já que não sabemos medir quem é negro e quem não é. E, mesmo que tivéssemos nossa solução, há grande desacordo público com relação a tais problemas. Se esse assunto merecer algum tipo de

ou
clu-
ndo
rial
No
ento
o há

a de
etivo
érios
texto
suais

tem a
) pes-
studo

de in-
que a
) pode

s apli-
gerais

prioridade, os esforços iniciais deverão ser modestos, sob pena de malbaratamento dos recursos empregados. Não sabemos onde se podem queimar etapas, mas estamos seguros de que em pesquisa científica isso não é possível. Estamos, em última análise, sugerindo que há realmente menos graus de liberdade nas opções entre pesquisas fundamentais e aplicadas do que parece à primeira vista.

O salvo-conduto da pesquisa aplicada reside na clareza de seus objetivos. Se a pergunta a que se tenta responder é importante, então a pesquisa também o é. A pesquisa fundamental não pode obter essa aprovação (ou *nihil obstat*) instantânea. Sua relevância tem que ser decifrada. Às vezes, nem mesmo é claro a que questões importantes ela dará subsídio. Quem poderia prever que a física nuclear acabaria permitindo o desenvolvimento da bomba atômica? Quem poderia prever que as especulações aparentemente inúteis de Allan Turing viriam a ser o ponto de partida para a construção de computadores? Ou que os semicondutores revolucionariam a eletrônica?

Contudo, é de vital importância escolher das pesquisas fundamentais aquelas de valor apenas ornamental. Há muitas investigações que, de fato, não têm perspectiva de oferecer subsídios apreciáveis para a compreensão de questões julgadas importantes em determinada época. Note-se que pesquisa fundamental e o que não passa de pesquisa ornamental têm em comum o fato de que, em si, não resolvem problemas práticos. É óbvio que o próprio epíteto 'ornamental' é propositadamente pejorativo. A escolha de um tema de pesquisa relevante para a sociedade implica certificarmos-nos de que não estaremos trabalhando com questões de interesse ornamental. Como as distinções não são óbvias ou sempre nítidas, examinaremos alguns exemplos.

Uma pesquisa sobre os hábitos sexuais dos anofelinos talvez não fosse ornamental, enquanto que a mesma pesquisa sobre borboletas o seria. A malária tem se revelado um problema crucial na região e uma melhor compreensão de certas fases da reprodução do inseto transmissor talvez possa indicar melhores maneiras de combatê-lo. Mas é importante que se diga que nesse exemplo, como em outras situações, é necessário competência técnica na área (entomologia) para que se possa dizer realmente se essa pesquisa é ou não puramente ornamental. Talvez o sistema reprodutivo dos anófeles já seja tão bem conhecido que pesquisas sobre o assunto entrariam em detalhes inconseqüentes.

Nesse caso, por não ter aplicação direta, essa pesquisa seria, por exclusão, classificada como básica. Sua pertinência e prioridade teriam que ser julgadas, tendo em vista suas probabilidades de vir a servir de base para estudos aplicados.⁴

Uma pesquisa que tentasse medir a renda monetária dos caboclos de alguma parte da região amazônica seria ornamental, já que grande parcela dos fluxos de bens e serviços ocorre sem a intervenção da moeda. Por outro lado, uma pesquisa sobre os tabus alimentares esclareceria melhor um dos problemas centrais que os colonos vêm encontrando: desnutrição resultante de sua reduzida adaptabilidade às condições locais de alimentação.



Vejamos um caso delicado. Imaginemos uma pesquisa que visasse estudar o efeito das escolas da Funai sobre o comportamento de crianças índias de alguns dos postos onde essas escolas foram instaladas. A princípio, não é possível dizer se, dentro dos objetivos hoje considerados prioritários, essa pesquisa é ornamental ou não. Tudo depende da maneira como for conduzida. Se os índios são examinados simplesmente como seres humanos, e a pesquisa é uma análise da intermediação da escola no processo de aculturação de minorias, nesse caso não acreditamos que seja uma investigação de puro valor ornamental. Trata-se de problema vital em um país onde as diferenças de níveis e tipos de cultura são particularmente acentuadas e se espera da escola um papel de intermediação

cultural. Por outro lado, se a ênfase é aquele índio em si, suas idiossincrasias e particularidades, perdendo-se de vista o problema mais geral do processo de socialização em uma cultura com valores diferentes, então deixa de ser um estudo que nos esclareça certas noções universais. Nesse caso, é mais reduzida sua utilidade como subsídio para a compreensão de questões mais prioritárias. A pesquisa somente adquire maior interesse na medida em que se torna um estudo de caso de um problema mais geral.

A relevância da pesquisa etnográfica, distanciada dos problemas prementes da sociedade, consolida-se na medida em que consegue ir além do "sopro do exotismo, de uma aragem de férias, um parêntese de distração na nossa vida cotidiana. As sociedades que estudamos são como objetos situados muito longe de nós no tempo e no espaço, razão pela qual não podemos perceber senão suas propriedades essenciais. À custa de estudar, assim de longe, um grande número de sociedades, creio que chegaremos a destacar melhor alguns caracteres fundamentais da sociedade humana em geral".⁵

À guisa de conclusão, poderíamos talvez propor que as pesquisas aplicadas vêm primeiro quando a acumulação de pesquisas básicas permite sua realização. Como vivemos em uma sociedade ainda pouco estudada, as proposições cientificamente rigorosas para a orientação de políticas públicas freqüentemente têm que esperar a matéria-prima produzida pelas pesquisas mais fundamentais. Distinguímos dessas pesquisas aquelas puramente ornamentais, por não gerarem estas últimas os conhecimentos que subsidiem a compreensão dos problemas considerados prioritários. Ou seja, não têm o potencial de chegarem a iluminar um segmento importante de nosso conhecimento do mundo.

Deixamos completamente de lado nesta discussão um tipo de pesquisa fundamental, em que às vezes a ênfase é metodológica, outras vezes lida-se com conceitos não operacionalizáveis ou com reformulações estritamente formais ou teóricas. A aplicabilidade prática ou imediata, direta ou indireta, dos resultados não é um critério decisivo durante a condução dessas pesquisas. Em economia, os modelos neoclássicos de crescimento econômico estariam nessa categoria. Em sociologia, o sistema de Talcott Parsons talvez seja um exemplo adequado. No longo prazo, sabemos que o desenvolvimento da ciência depende muito dessas formulações. A curto e médio prazos, a decisão de adiar ou importar esse tipo de atividade torna-se particularmente delicada. Mencionamos que já existe uma consciência crescente de que mesmo nos países desenvolvidos a pesquisa 'pura' nas ciências sociais foi levada longe demais.⁶ Uma vez que temos desvantagens comparativas nessa área de estudo, perguntamos até que ponto as pesquisas metodológicas não deveriam, em boa parte, limitar-se ao necessário para o processo didático de transmitir ao estudante brasileiro o rigor analítico indispensável?⁷

Os projetos e planos: o que gostaríamos que acontecesse

Traçar planos e desenvolver projetos, preparar documentos normativos de atividades a serem desenvolvidas em alguma área em que usualmente interfere o Estado é sempre uma linha que gera muito papel escrito. De fato, se entendemos planejamento como uma tentativa de antecipar e ordenar decisões que terão que ser tomadas visando atingir algum conjunto de objetivos especificados, não cabe dúvidas de que são exercícios legítimos e necessários em qualquer sociedade. Alguém tem que fazer planos e projetos para que a execução não seja atabalhoada ou mesmo desastrada.

Contudo, por úteis que sejam, *grande parte desses exercícios carece das condições mínimas para que possam ser considerados possuidores das características que se exigem de pesquisas científicas*. Costuma-se afirmar que a ciência opera com três estágios de ambição: *entender, prever e manipular a realidade*. A passagem de uma dessas fases para a seguinte se faz com dificuldade crescente. Infelizmente, dada a dificuldade do objeto de estudo, as ciências sociais apenas muito desastrosamente conseguem passar da primeira fase; se é que o conseguem. As possibilidades de previsão de fenômenos sociais são extremamente limitadas em comparação com os sucessos já obtidos na compreensão da realidade. Ainda mais remota está a fase de utilização de conhecimentos científicos para manipular a realidade social, aquilo que Veblein chamou de 'engenharia social'. Tal ambição ainda está limitada a campos muito restritos.

O típico documento de planejamento, com seu caráter necessariamente normativo, mesmo nas situações mais favoráveis, não se preocupa em entender, prever nem dispõe dos instrumentos para manipular a realidade. Não passa da *lista do que gostaríamos que acontecesse*. Se tem alguma utilidade, é algo a se especular, mas é preciso não confundir isso com ciência. E, como pesquisas e teses lidam com ciência, tais documentos não se enquadram, por úteis que possam ser.

Na ciência, fazemos outra coisa. O que podemos almejar é uma sólida análise dos 'comos' e algumas pinceladas sobre os 'porquês' da situação presente. Ou seja, nossos estudos visam entender *o que está acontecendo e como está acontecendo*. É nessa fase que conseguimos atender aos requisitos do processo científico. Prever é mais complicado e tende a ter margens de erro grandes ou inaceitavelmente grandes.

O passo mais ambicioso é tentar alterar a situação baseando-se nas técnicas disponíveis e, mais ainda, apoiando-se na intuição educada (*educated guess*). Perguntamos o que aconteceria se tentássemos mudar o que não gostamos. A idéia de que é preciso mudar e a direção proposta são juízos de valor, não fazem parte da ciência. Mas a especulação acerca do que aconteceria se tentássemos mudar pode perfeitamente ser feita nos cânones da ciência.



Por exemplo, o governo pode fazer um levantamento para descobrir quais são as piores escolas do país — o Chile fez isso, identificando as 900 piores. Em seguida, pode verificar o que está faltando nelas e tentar estimar se isso afeta a qualidade do ensino. Até aqui estamos no campo sólido da pesquisa científica — mesmo que a segunda parte não apresente resultados muito conclusivos. Com base em tais resultados, o governo pode decidir criar um programa especial de reforço só para elas. Nesse momento, já estaremos no campo do normativo. A ciência não nos diz que devemos nos concentrar nas 900 escolas mais deficientes. Poderíamos decidir apoiar mais escolas, investindo menos recursos em cada uma. Finalmente, vem a fase de planejar a implementação. Na melhor das hipóteses, exemplos parecidos podem ser tomados como modelos. No comum dos casos, trata-se de desenvolver uma logística de implementação, assunto que nada tem a ver com pesquisa científica.

Obviamente, quando propomos intervenções, é porque tentamos criar um mundo que não coincide com o das previsões feitas, pois, de outra forma, não haveria necessidade de planejar e intervir. Com base no que gostaríamos que acontecesse, propomos então investimentos, leis, regulamentos, sanções, mudanças de comportamento e um conjunto de outras medidas que substituem a trajetória que havíamos previsto por outra trajetória que conduz às metas prescritas. Mas, nessa fase, estamos principalmente apoiados na adivinhação e no ato legislativo. Portanto, estamos longe

da solidez do método científico. Além disso, introduzimos valores, isto é, julgamos que a situação proposta seria melhor e que se justifica a intervenção.

Descrevemos no parágrafo anterior o planejamento e os projetos de desenvolvimento sob sua ótica mais favorável. Mas, lamentavelmente, se examinarmos os documentos produzidos pelas diversas repartições do governo, deparamos com uma situação desoladora. Grande parte do que se faz está longe de corresponder a essa descrição.

Nesse tipo de documento, deveríamos nos aproveitar do que os economistas chamam de 'vantagens comparativas'. Faz sentido que nos concentremos no que sabemos fazer melhor, isto é, na descrição e na compreensão do que está acontecendo. Assim, pelo menos, teremos uma base sólida por onde começar. Se a adivinhação do futuro é frágil, não há por que somá-la a uma análise ingênua ou amadora do presente. Infelizmente, observamos nesses documentos uma completa inversão das vantagens comparativas. Sem chegar a entender o como e o porquê do que acontece, os autores (quase sempre anônimos) entregam-se à construção de utopias. Seus documentos descrevem o que eles gostariam que acontecesse no futuro. Por não entenderem nem o passado nem o presente, propõem que se chegue lá por caminhos que ignoram as mais elementares características da sociedade humana e das instituições. E ainda deixam de considerar o que se sabe sobre a dinâmica das mudanças institucionais.

Tampouco as revistas supostamente técnicas ou científicas são poupadas desses devaneios redigidos com as aparências de um documento científico. Por exemplo, as causas da reprovação e da deserção escolar são complexas e refratárias às modificações usualmente tentadas. Um mínimo de conhecimento da história revela a impotência ou a impossibilidade de se modificarem características tão estáveis no processo educacional com leis disso ou aquilo, 'campanhas de mudança de mentalidade', melhor pagamento a professores ou mais prédios. Para efetivar uma mudança social que nos transporte do que é para o que gostaríamos que fosse não bastam leis, boas intenções ou orçamentos. Temos que cuidadosamente identificar, por meio de um esforço sistemático, as variáveis manipuláveis para que possamos trabalhá-las. Devemos igualmente identificar as variáveis mais refratárias para que evitemos malbaratar recursos em que quase nada podemos fazer. Finalmente, com base no estudo de casos de sucesso, podemos identificar agentes e estratégias de mudança.

Em vez disso, o que vemos é um patético esforço de traduzir nossas utopias em jargão legalístico, com artigos, leis, parágrafos e a chancela das autoridades competentes, na ilusão de que elas possam legislar sobre a lei social, mais do que um físico pode legislar sobre a lei da gravidade.



EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO

Buscar documentos governamentais que proponham novos projetos ou iniciativas. Analisá-los a partir da perspectiva apresentada nesta seção. Eles descrevem o mundo real, os comportamentos observados, as regularidades e as tendências? Ou constroem uma utopia, um mundo perfeito desejado por seus autores?



Em suma, alguém tem que elaborar planos e programas. E, tanto quanto possível, tais planos devem estar apoiados nas melhores pesquisas existentes. Mas, na prática, há uma tendência a confundir plano com pesquisa e a gastar tempo construindo castelos de cartas sobre o que gostaríamos

que acontecesse — em vez de melhor entender o que já aconteceu, a essência da atividade científica.

Contribuição original ou diagnóstico?

Há uma diferença intelectual relevante entre a pesquisa científica convencional e a coleta e análise superficial de dados. Todavia, no cotidiano de uma instituição, a diferença mais importante entre essas duas modalidades de trabalho não é intelectual, mas organizacional.

É conveniente reservar o tema 'pesquisa científica' para o processo que conduz à expansão e à consolidação do conhecimento científico. A mera coleta de dados e informações é, sem dúvida, uma fase do processo científico. Contudo, na medida em que administrativa e intelectualmente se separa das outras fases, a rigor, adquire um caráter diferente, e há vantagens em não confundir as duas coisas.

Particularmente nas ciências sociais, o acesso ao conhecimento muitas vezes é difícil. A evidência é fracionada, dispersa e mesmo contraditória. Torna-se, então, necessário investigar, levantar, selecionar e julgar criticamente o material e as interpretações existentes. Esse esforço deve, em geral, preceder a formulação de política e o processo de tomada de decisões. *O resultado desse levantamento ou desse esforço de sistematização, por útil que possa ser, não é propriamente uma pesquisa científica.*

A ausência de distinção entre essas categorias de trabalho pode ocasionar ambigüidades na orientação e gerência da entidade ou centro de pesquisa. Pesquisas de cunho científico e diagnósticos (o termo *position paper* tem sido usado também para denominar esse tipo de trabalho) são coisas diferentes e requerem equipes, orientações, prazos, controles e orçamentos diferentes.

A pesquisa de cunho científico exige um clima de trabalho mais relaxado, maior distanciamento das pressões do processo decisório, um quase monopólio do tempo do pesquisador e prazos mais generosos. Naturalmente, há variações substanciais de caso a caso e de pessoa a pessoa, mas não é realmente cabível pensar em prazos substancialmente inferiores a vários meses. O pesquisador deve ser de índole a se satisfazer, pelo menos em parte, com a gratificação psicológica de produzir um trabalho bem-feito, não dependendo exageradamente do impacto do conhecimento gerado sobre a formulação de política ou sua execução.

Por outro lado, a equipe encarregada de explorar o terreno, informar, assessorar os centros de formulação de política e decisão terá características um tanto diferentes. Um diagnóstico requer uma base teórica sólida, mas também bons conhecimentos de pessoas e instituições. Em geral, trata-se de um trabalho de triagem e síntese, em estilo direto, não visando resolver controvérsias e dúvidas teóricas, mas colocá-las às claras, em nítido contraste com o que é sabido e pacífico.⁸ A equipe será mais ágil, de composição flexível e variável. O planejamento do trabalho será de prazo mais curto, envolvendo solicitações inesperadas e urgentes de informações e pareceres.

A formação e a operação das equipes técnicas será diferente, conforme o tipo de atividade contemplada, e provavelmente será inviável tentar simultaneamente ambos os tipos de trabalho. Um compromisso saudável em instituições de pesquisas públicas ou semipúblicas é a produção ocasional de *position papers* estritamente no campo de competência e especialização do pesquisador. Esse documento seria quase uma parada para reflexão a respeito do tema de trabalho do pesquisador. Seria uma tentativa de pôr suas idéias em ordem, segundo uma perspectiva mais abrangente ou segundo uma ótica de recomendações de política.

dade

oleta
anteão e
vida,
le se
undirdên-
ntar,
, em
esse
umais na
nós-
são
s.ento
mais
mas
squi-
a de
entontros
quer
eral,
sias
o.⁸ A
razoativ-
s de
i é a
o do
alho
mais

Mas cumpre enfatizar que a falta de definição de objetivos ou a confusão neles poderá prejudicar o funcionamento da organização e frustrar os pesquisadores. Um técnico que recebe freqüentes solicitações de informações e *position papers* dificilmente poderá concluir um projeto de pesquisa mais clássico. Uma pesquisa de cunho científico, pela sua própria natureza, pode sempre ser adiada e postergada um pouco mais. Por essa mesma razão, será sempre preterida por tarefas mais urgentes. É necessário decidir antecipadamente se, de fato, cabe promover pesquisas científicas. Talvez esse não deva ser o objetivo da instituição ou o perfil do autor escolhido. Mas, se for, será necessário isolar os pesquisadores das tarefas urgentes, prementes e inadiáveis de uma burocracia pública ou semipública. E, também, os pesquisadores devem ter índole e disposição para esse estilo de trabalho.

Por outro lado, uma equipe que criou expectativas de ver implementadas suas sugestões não se acomodará facilmente ao clima desprendido e desapaixonado de um instituto de pesquisas, em que nada acontece às pressas, aonde não chegam as tensões e movimentações do processo político.

Podemos pensar na mesma diferença em termos do nível de adrenalina em cada uma dessas modalidades. *A pesquisa de cunho científico opera em baixo nível de adrenalina.* Aumentá-lo só pode atrapalhar. Já a produção de diagnósticos e *position papers* vai acompanhada de pressão, prazos e termos de referência muito mais rígidos. Por conseguinte, as equipes tendem a operar com mais adrenalina. Em muitos casos, o tipo de personalidade mais adequado para um ou outro tipo de trabalho é diferente.

Pesquisas descritivas: elogio ou condenação?

Algumas pessoas mais ingênuas afirmam com grande orgulho que se propõem a fazer uma pesquisa puramente descritiva, querendo talvez dizer que, por essa razão, fica assegurado um completo grau de imparcialidade ou desvinculação de posições políticas ou juízos de valor. Ou então que sua pesquisa não tem 'teorias', algo visto como proposições rarefeitas e distantes do mundo real. Contudo, para outros, acusar uma pesquisa de 'descritiva' corresponde ao pior tipo de execração concebível.

Aproveitando a presente discussão, voltamos ao mote do Capítulo 2: a clareza na linguagem. Se o termo 'pesquisa descritiva' gera interpretações tão divergentes, estamos diante de um conceito pessimamente definido.

Antes de prosseguir na narrativa dessa controvérsia, comecemos por entender que ser 'descritiva' não é garantia de isenção, embora com esse termo o autor possa querer insinuar que a pesquisa não contém prescrições ou opiniões. A própria escolha do tema, dos dados, das variáveis e da maneira de tratá-las já, em si, introduz uma ideologia, uma maneira de ver o mundo, um estilo de trabalho. O problema do valor nas ciências sociais é brevemente discutido no Capítulo 2.

Aqueles para quem o rótulo 'descritiva' é a condenação final da pesquisa chegam a entender esse termo como 'pré-científico' ou 'desinteressante'. Tampouco essa posição parece ser defensável, em termos de uma interpretação literal do termo. *Toda ciência é, antes de tudo, a descrição de uma realidade.*⁹ Não se pode realmente falar em ciência que não seja uma descrição de algum aspecto do mundo em que vivemos. Não obstante, essa descrição pode ser conduzida em diferentes níveis de abstração ou generalização. A teoria da relatividade completa de Einstein não deixa de ser uma descrição do mundo físico.

Mas há uma diferença entre uma tabela do censo demográfico e a teoria da relatividade. Quando se diz que uma pesquisa é *descritiva*, muitas vezes estamos dizendo que *se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente*, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas. Tratando-se de um questionário com 50 perguntas, a pesquisa descreve os parâmetros de cada uma das 50 variáveis, isoladamente. Muitas vezes tal esforço é chamado de *levantamento*. Essa pesquisa não interpreta, não faz perguntas, não busca relações entre eventos ou variáveis.

Em oposição, uma *pesquisa explicativa* buscaria estudar o nexo, a associação entre duas ou mais variáveis. Tentamos ver o que sucede com y quando x ocorre, como x explica z , qual o fator w que faz y acontecer, como a causa w gera o efeito y , como x se correlaciona com y .¹⁰

Comparada com esse tipo de estudo, a 'pesquisa descritiva' (de variáveis isoladas) corresponde a uma fase bastante preliminar do processo científico, conduzido a um nível de ambição muito modesto. Qualquer pesquisa começa com uma descrição das variáveis. Mas apenas pesquisadores muito ingênuos se restringem a esse nível de exame. De fato, limitar-se à descrição dos parâmetros de cada variável é abandonar o assunto antes de entrar naquilo que caracteriza a essência do pensamento científico. O venerado Karl Pearson já nos ensinava: "Segundo nossa definição, o método científico consiste na classificação sistemática dos fatores, seguida pela *identificação de suas relações e seqüência repetitivas*" (grifo nosso).¹¹

Pode haver dificuldades embaraçosas nas pesquisas descritivas, como, por exemplo, a dificuldade prática de se avaliar o tamanho do setor informal do Brasil ou a classificação de raças. Há outras que não podemos fazer porque nem sequer saberíamos como começar. Por exemplo, o desafio conceptual dos economistas de medir utilidade. E, freqüentemente, se apenas pudéssemos conhecer as ordens de grandeza de alguma variável, isso já seria de importância capital. Por exemplo, quantos potenciais terroristas haveria no país?



Tudo isso pode ser importante e difícil. Contudo, é a relação entre uma variável e outra que constitui o foco da atividade do pesquisador. *Um levantamento pode ser muito útil e revelar informações importantes. Mas é uma atividade consideravelmente diferente da elaboração de pesquisas de cunho científico, em que se explora a maneira pela qual uma variável se articula com outra ou causa a outra.*

A pesquisa no mundo profissional

Economistas, biólogos, físicos e praticantes de outras áreas científicas fazem pesquisa e esta é, talvez, a atividade mais nobre de sua profissão. 'Fazer' física não pode ser senão expandir a fronteira da disciplina. Não se pratica física como se pratica engenharia civil, construindo casas. O mesmo se dá com biólogos e astrônomos.

Mas e os engenheiros, os médicos e os administradores? Em tais profissões, a atividade central da profissão é a prática. A pesquisa científica é a exceção. É difícil decidir se a pesquisa na engenharia é mais importante do que construir casas ou operar máquinas.

Em áreas desse naipe, não deixa de haver pesquisas importantes e seguindo todos os mandamentos do método científico, com revisões bibliográficas, hipóteses e por aí afora. De fato, as grandes revoluções na área poderão vir desses esforços de cunho acadêmico. As mudanças na genética estão revolucionando a medicina. São as pesquisas puras, ao mais tradicional estilo acadêmico, que

ividade.
a a uma
ação ou
guntas,
ezes tal
o busca

tuas ou
o fator

espon-
o muito
adores
metros
cia do
ição, o
ção de

l, a di-
raças.
emplo,
tésse-
al. Por

nstitui
ações
as de
'ra ou

esta
idir a
as. O

dade
ia na

nda-
rdes
ética
que

estão criando novos entendimentos na medicina e novas drogas. Na agricultura, a revolução verde é o resultado direto de pesquisas puras na genética e na bioquímica.

Mas, nas áreas profissionais, há outro tipo de atividade que relutantemente podemos chamar de pesquisa. A relutância vem de uma contradição entre a lógica de tais práticas e as regras administrativas da vida universitária — na realidade, são as regras do Ministério da Educação (MEC). Falamos aqui de *intervenções práticas, visando entender ou resolver problemas*.

Suponhamos uma fundição de ferro cujos produtos estejam saindo com bolhas de ar, obrigando o controle de qualidade a rejeitá-los. A empresa tem todas as razões do mundo para fazer uma 'pesquisa' visando descobrir por que isso está acontecendo. O engenheiro encarregado do trabalho — que pode até ser um professor universitário — vai se pôr em campo para sistematicamente buscar as causas possíveis. Tentará mudar a composição da areia de fundição. Poderá sugerir mudanças nos canais de escoamento ou nos respiros. Pode tentar mudar a temperatura do ferro quando é vertido nas caixas de fundição. Cedo ou tarde, pode atinar com a causa das bolhas de ar. Encontrada a causa do problema, o conserto pode até ser fácil.

Na área de administração de empresas, há uma infinidade de intervenções visando melhorar a produtividade, resolver conflitos ou desenvolver novos processos e produtos. Podemos pensar em professores ou consultores sendo contratados para descobrir por que determinado processo administrativo está levando tempo demais e freando o fluxo de produção.

Tais buscas e intervenções são pesquisas no sentido de que correspondem a uma tentativa sistemática de entendimento ou de soluções para problemas concretos. Há um contato permanente com os avanços teóricos na área. Há uma seqüência lógica de procedimentos, há uma preocupação de eliminar progressivamente os falsos caminhos, há um contato permanente com dados do mundo real. Acima de tudo, são imediatamente úteis e melhoram o nível de produtividade das empresas e a qualidade de vida das sociedades. Portanto, merecem integral valorização.



Contudo, não são pesquisas no sentido acadêmico clássico, pois não seguem a mesma ritualística. Os resultados não são precedidos de revisão sistemática da literatura, não há citações de autores famosos, não há discussão de teorias alternativas. Os grupos de controle — se existem — e os procedimentos são muito mais *ad hoc* e menos rigorosos. Do ponto de vista intelectual, pode haver pelo menos tanta criatividade, mas as regras são outras.

Por todas essas razões os resultados raramente são objeto de publicação em revistas especializadas. Os leitores estão na própria organização que patrocina a pesquisa. Em muitos casos até, lidam com informações e resultados que as empresas não querem ou não podem divulgar, por razões comerciais. Mas, mesmo quando não há questões de sigilo, *não se justifica o acabamento e o polimento* esperados nos periódicos científicos que consome uma fração enorme do tempo total para completar a pesquisa.

O grande problema dessas pesquisas é que não são reconhecidas como trabalhos acadêmicos. Portanto, não valem pontos para a carreira universitária. Cria-se, portanto, uma situação paradoxal. Tais trabalhos de intervenção e diagnóstico *são muito mais importantes para a vida das empresas e correspondem, muitas vezes, à essência do trabalho criativo na profissão.* Contudo, são evitados pelo mundo acadêmico por não trazerem reconhecimento dentro da universidade. Em vez disso, professores das áreas profissionais fazem trabalhos publicáveis, mas que tendem a ser da mais completa inutilidade para as empresas. Possivelmente, essa distorção seja o problema mais grave em nossa pós-graduação.



EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO

Consultando alguma base de dados de teses, pesquisas ou mesmo buscando o conteúdo de periódicos científicos, tentar classificar os assuntos pesquisados de acordo com a classificação proposta neste capítulo. Tomar uma amostra representativa e que seja suficientemente pequena para permitir um exame individualizado de cada peça. Discutir os resultados de sua análise.

Notas

- 1 Expressão em latim que significa 'o comprador que se cuide'.
- 2 Alfred Yates, *The role of research in educational change*. Palo Alto: Pacific Books, 1971, p. 24-25.
- 3 R. Ebel, "Some limitations of basic research in education". In: *Phi Delta Kappa*, out. 1967, p. 81-84.
- 4 A. Yates, op. cit., p. 32-34. Note-se que se trata de probabilidades. Se buscarmos certeza, seremos levados a um imediatismo que limitaria enormemente o progresso da ciência. A. Yates nos lembra muito bem que, há pouco mais de um século, quaisquer pesquisas visando melhorar o sistema de transportes terrestres estaria centrada em aperfeiçoamento do cavalo. Não se concebia então que pudesse haver outra perspectiva de transporte. Por esse critério a máquina a vapor não teria sido inventada.
- 5 Claude Lévi-Strauss, citado em uma entrevista a Tanneguy de Quinetaín. "Valemos nós mais que os selvagens?" In: *Mito e linguagem social*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970, p. 135.
- 6 E. Phelps Brown, "The underdevelopment of economics", *Economic Journal*, mar. 1972; W. Leontief, "Theoretical assumptions and non-observed facts", *American Economic Review*, mar. 1971; N. Georgescu-Roegen, "Economics of production", *American Economic Review*, maio 1970.
- 7 Ou, quem sabe, manter produtivo um pequeno número de professores especializados em teoria, cuja presença é essencial para o equilíbrio de um curso de bom nível?
- 8 Exemplos desse tipo de trabalho são os diagnósticos setoriais preparados pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) em seus primeiros anos de existência.
- 9 Nicholas Georgescu-Roegen, *Analytical economics*. Cambridge: Harvard University Press, 1967, p. 3-4.
- 10 Essas colocações não são equivalentes epistemologicamente. Estão assim colocadas em sucessão apenas para exemplificar os tipos de relação que estamos mostrando.
- 11 Karl Pearson, *The grammar of science*. Londres: J. M. Dent, 1892, p. 21.